

INSERÇÃO DE MULHERES E HOMENS COM NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Eugenia Troncoso Leone¹
Luciana Portilho²

RESUMO: A educação superior tem sido um fator importante no progresso profissional das mulheres. As conquistas femininas no campo educacional não têm sido acompanhadas por conquistas de dimensão equivalente no mercado de trabalho. As diferenças de rendimento entre os sexos, embora ocorram em todos os níveis de escolaridade, são maiores na educação superior, onde as mulheres constituem mais da metade dos ocupados com essa escolaridade. Muitas ocupações com exigências de nível superior de escolaridade para as mulheres não proporcionam rendimentos tão elevados como ocupações do mesmo grau de instrução para homens, além da maior dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos espaços de poder e decisão. Este artigo estuda essas diferenças entre homens e mulheres com nível superior de escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Educação Superior; Rendimentos; Mercado de Trabalho.

THE INSERTION OF WOMEN AND MEN WITH HIGHER LEVEL EDUCATION IN THE BRAZILIAN LABOUR MARKET

ABSTRACT: Higher education has been an important factor in the professional advancement of women. Female achievements in the educational field have not been accompanied by achievements of an equivalent size in the labour market. The gender

¹ Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT). E-mail: eugenia.leone@gmail.com

² Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: luportilho05@gmail.com

pay gap, although occurring at all educational levels, is greater in the higher education occupations, where women constitute more than half of those employed with this level of education. Many occupations with higher-level educational requirements do not provide high incomes to women as they do to men with the same educational levels, as well as women's greatest difficulty in empowerment and decision-making spaces. This article studies these differences between men and women with a higher education level.

KEYWORDS: Gender; Higher level education; Incomes; Labour Market.

INTRODUÇÃO³

O aumento da taxa de participação das mulheres na atividade econômica tem sido acompanhado de redução na taxa de participação masculina, resultando em intensa ampliação da proporção de mulheres na força de trabalho. Contrariando expectativas, essa transformação ocorreu com lenta melhora de direitos e oportunidades para as mulheres, que ainda estão longe de desfrutar posições equitativas em relação aos homens no mercado de trabalho.

Apesar desse quadro de significativa desigualdade, a educação de nível superior tem sido um fator importante para o progresso profissional de muitas mulheres. No Brasil, são grandes as diferenças de rendimento do trabalho em favor das ocupações que exigem escolaridade de nível superior. Além disso, principalmente no setor público e nas grandes organizações do setor privado, o recrutamento e a seleção de pessoal é marcada pelas formalidades de processos burocráticos, deixando menos espaço para a discriminação de gênero. Finalmente, são notórias as conquistas femininas na busca por um melhor nível educacional, especialmente no que se refere ao nível superior, em que a proporção de mulheres de coortes mais jovens é quase duas vezes maior que a dos homens.

Entretanto, as conquistas femininas no campo educacional não têm sido acompanhadas por conquistas de dimensão equivalente no mercado de trabalho referente às ocupações que exigem nível superior de educação. As maiores proporções de mulheres nessas ocupações não

³ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 56º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Salamanca, Espanha, entre 15 e 20 de julho de 2018.

as tem garantido o acesso a níveis de rendimento semelhantes aos dos homens. Assim, as diferenças de rendimento entre sexos, embora ocorra em todos os níveis de escolaridade, são maiores exatamente entre pessoas com educação de nível superior, onde as mulheres constituem mais da metade dos ocupados. As expressivas diferenças indicam tanto a presença de uma grande desigualdade de rendimento entre os tipos de ocupação que fazem parte desse grupo como o acesso diferenciado que mulheres e homens têm a essas distintas ocupações. Ressalta-se, também, a dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos espaços de maior poder e decisão dentro dessas ocupações.

Este artigo, inicialmente, apresenta o contexto histórico da educação das mulheres e sua participação na atividade econômica, a partir de breve revisão bibliográfica. Em seguida, são apresentadas as diferenças de rendimento entre mulheres e homens, por nível de escolaridade. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o total de pessoas ocupadas e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para as pessoas que têm vínculo de emprego em estabelecimento com um mínimo de organização formal. A referência é o ano 2013, antes da queda na atividade da economia brasileira que ocorreu desde meados de 2014 até o final de 2016. Finalmente, o artigo analisa as diferenças entre mulheres e homens nas ocupações classificadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como Profissões das Ciências e das Artes que exigem para o acesso, diploma de curso universitário.

A EDUCAÇÃO DAS MULHERES E SUA PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA

As primeiras instituições destinadas a educar as mulheres apareceram na primeira metade do século XIX com evidentes especializações de gênero. A primeira lei que ratifica o direito da mulher à instrução foi em 1827, no entanto, se referia apenas a educação primária, onde, naquela época, as disciplinas tinham um forte conteúdo de moral cristã e social. Esse tipo de educação das mulheres reforçava os papéis de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita quase exclusivamente ao

magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante todo o século XIX e início do século XX.

Beltrão e Alves (2009) relatam que um decreto imperial de 1881 facultou às mulheres a se matricularem em curso superior. Elas tinham sido excluídas dos primeiros cursos de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito (1827). O decreto imperial, porém, não teve grande impacto no aumento da presença feminina nesses cursos, pois como os estudos secundários eram essencialmente masculinos, o ingresso das mulheres nos cursos superiores era praticamente inviável. Dessa forma, a segmentação de gênero esteve sempre presente no sistema educacional brasileiro (BELTRÃO, ALVES, 2009). Segundo Louro (1995), ao associar o tipo de educação a ser recebida por meninas e meninos às práticas cotidianas, foi gerado uma enorme diferença entre os dois sexos, uma vez que eram tratados como fundamentalmente desiguais.

É importante mencionar que, ainda que a taxa de alfabetização da população brasileira tenha aumentado durante a República Velha (1889-1930), mantiveram-se elevados níveis de analfabetismo enquanto o país foi eminentemente rural e com um modelo econômico primário-exportador. Nesse período, a escola não tinha um papel importante na qualificação da maioria das pessoas. No caso dos homens, os poucos com acesso à educação formal se preparavam para carreiras em profissões liberais e, no caso das poucas mulheres com acesso a esse tipo de educação, elas se preparavam para serem professoras primárias, e após o casamento se tornavam apenas donas-de-casa (BELTRÃO, ALVES, 2009). Com a Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, enfraqueceu-se o domínio das oligarquias e o desenvolvimento brasileiro se direcionou para o mercado doméstico, destacando-se o setor industrial e a urbanização do país. A industrialização e as demandas por serviços urbanos influenciaram os conteúdos e a expansão do ensino. Mas, apesar da pressão popular pela democratização do ensino, a escola manteve seu caráter elitista. Somente em 1961, através da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), se estipulou uma base curricular nos três graus de ensino: primário, médio e superior. Foi um momento da história do país em que a

educação esteve em grande evidência, mobilizando forças políticas diversas e suscitando intensos debates. A partir dos anos 1960, houve um salto qualitativo na situação educacional das mulheres brasileiras que ampliaram sua presença em todos os níveis de ensino (BELTRÃO, ALVES, 2009).

A partir dos anos 70, a melhora nos níveis educacionais foi substancialmente maior para a população feminina ocorrendo uma reversão do hiato de gênero. As mulheres ultrapassaram os homens em termos de anos médios de escolaridade, ainda que as estatísticas globais não reflitam muito bem este fenômeno, pois abrangem em um mesmo indicador o comportamento de diversas coortes. Conforme Beltrão e Alves (2009) argumentam, as mulheres dos grupos etários mais jovens têm diminuído notoriamente as diferenças de escolaridade em relação aos homens.

Apesar dessa constatação, alguns autores alertam para a persistência de uma segmentação por sexo nos cursos universitários, sendo que as mulheres estariam concentradas em carreiras “menos valorizadas” da área de humanas e os homens em carreiras “mais valorizadas” da área de exatas (ROSEMBERG, 2001; BELTRÃO, TEIXEIRA, 2005). Um fator fundamental para a segmentação por sexo nos cursos de ensino superior, nos anos setenta, foi a elevada proporção de mulheres concluintes do curso normal (BARROSO, MELLO, 1975). A escola normal tinha o objetivo de formar docentes para o ensino primário e era majoritariamente frequentada por adolescentes mulheres, que viam aí um meio profissionalizante e uma oportunidade para continuarem os estudos (CERDEIRA, 2011). Este fato tornava difícil o acesso das mulheres às universidades, pois o conteúdo exigido nas provas de ingresso era baseado em disciplinas do Ensino Secundário Científico (ou Clássico), cursados majoritariamente por adolescentes homens. As adolescentes nessa situação, quando desejavam ingressar nas universidades, enfrentavam a necessidade de estudos complementares.

A formação da mulher sendo determinada por conceitos tradicionais de trabalho relacionados ao que era considerado feminino ou masculino desempenharia um papel ambíguo, visto que não se constituiria, inicialmente, em um meio efetivo para a colocação das mulheres de maneira

igualitária aos homens no mercado de trabalho (PORTILHO, 2012). Um estudo com base no censo de 2000 mostrou, entretanto, que mulheres com idades entre 20 e 29 anos já apresentavam ganhos significativos nas carreiras consideradas “mais difíceis” e de maior prestígio social (GUEDES, ALVES, 2004).

Foi também em meados dos anos 60 que as mulheres passaram a apresentar taxas crescentes de participação no mercado de trabalho. Houve uma confluência de fatores e de novas posturas culturais e ideológicas na sociedade que influíram na decisão das mulheres pelo ingresso na atividade econômica. Um fator importante foi a intensa redução do crescimento demográfico ocorrido de forma simultânea à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. A pronunciada queda da fecundidade vivenciada pelas mulheres facilitou sua entrada no mercado de trabalho o, que por sua vez, reforçou o declínio da fecundidade. O nível de fecundidade das mulheres brasileiras que em 1970 era de 5,8 filhos por mulher chegou a 1,86 filhos por mulher em 2010.⁴

Com menos filhos, as mulheres conseguem articular melhor seus papéis de mãe, dona de casa e trabalhadora remunerada. As conquistas das mulheres brasileiras em termos de maior participação política e maior igualdade de gênero em todas as esferas, públicas e privadas, contribuem para redefinir as relações de gênero no trabalho remunerado, no interior da família e na sociedade em geral.

A consolidação da participação das mulheres na atividade econômica, na medida em que elas não mais se retiram do trabalho remunerado após o casamento e o nascimento dos filhos, permite às mulheres trabalhadoras a solidificação de suas carreiras profissionais. Alia-se a isto a crescente importância de sua participação como fonte de renda das famílias, bem como a aproximação dos seus rendimentos do trabalho ao dos homens. (LEONE, BALTAZAR 2005a; MONTALI, 2006; THERBORN, 2006).

Por outro lado, ainda que as mulheres compartilhem cada vez mais com os homens o provimento da renda familiar com seu trabalho remunerado, não tem ocorrido um processo equivalente de mudança em relação a uma melhor redistribuição das responsabilidades familiares

⁴ Ver: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/>, acesso: 25/05/2018.

e tarefas domésticas entre os sexos. Tampouco tem havido aumento suficiente na oferta de serviços públicos de apoio a estas atividades.

Mesmo num contexto de transformações sociais e no mercado de trabalho, a desigualdade de rendimentos do trabalho continua elevada entre os sexos. O nível de rendimento feminino é inferior ao masculino independentemente do nível educacional e/ou da posição na ocupação. Apesar de essas diferenças terem diminuído nas duas últimas décadas, o hiato de rendimento entre mulheres e homens ainda é considerável. As conquistas femininas na educação vêm ocorrendo de forma progressiva, no entanto, não foram acompanhadas por conquistas equivalentes no mercado de trabalho (BELTRÃO, ALVES 2004).

As diferenças de rendimento integram um contexto de enorme desigualdade de remunerações, na qual sobressaem as disparidades de escolaridade, destacando-se os altos rendimentos do nível superior. Além disso, é nesse mesmo nível onde as mulheres têm maior participação, que se observam as maiores diferenças de rendimento entre os sexos (LEONE, BALTAR, 2006). Estudo mais recente mostrou que na população com nível universitário, as diferenças salariais entre homens e mulheres jovens eram mais reduzidas, ganhando relevância à medida que os trabalhadores envelheciam e tinham uma progressão na profissão (GUEDES, 2010).

Aprofundando a análise para os trabalhadores com nível superior de escolaridade, outros estudos constataram que o perfil desses trabalhadores por posição na ocupação é diferente entre homens e mulheres. Entre os homens, é mais frequente a situação de não assalariados (empregadores e trabalhadores por conta-própria), sendo grandes as diferenças de rendimento por sexo entre esses não assalariados. No entanto, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres são maiores ainda no emprego formal, justamente onde a ocupação feminina é majoritária seja qual for o tipo de posto de trabalho: cargos de direção, ocupações profissionais de nível superior, ocupações técnicas e de serviços administrativos. Dessa forma, ainda que as mulheres tenham avançado em termos de acesso a ocupações melhor remuneradas, a presença masculina nos níveis superiores da hierarquia dos cargos é ainda predominante (LEONE, BALTAR, 2005B, 2005C E 2006).

Em síntese, a segregação ocupacional por sexo, expressa na concentração ocupacional das mulheres em um conjunto reduzido de ocupações (definidas como tipicamente femininas), não é necessariamente superada pelo seu maior acesso ao curso superior. As mulheres com elevado grau de instrução se concentram preferencialmente em profissões como enfermagem e educação, com níveis de remuneração inferiores às profissões tidas como masculinas (engenheiros). E, ainda que as elas tenham participação crescente em profissões de alto prestígio, como, por exemplo, medicina, uma nova forma de segregação aparece, em outro nível, com concentração das mulheres em especialidades com menores remunerações (pediatria), ao contrário dos homens, que se concentram em especialidades de maior prestígio e remuneração, como é o caso da cirurgia (LAVINAS, LEÓN 2002).

Conclui-se que os tipos de ocupação ainda fazem com que a renda masculina supere a feminina, inclusive nas ocupações que exigem nível superior de escolaridade.

AS DIFERENÇAS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Levando em conta as considerações apresentadas, realiza-se, neste item, uma análise das diferenças de rendimento do trabalho conforme sexo e nível de escolaridade para o ano de 2013 que, como mencionado, foi o ano anterior à queda da atividade econômica no Brasil.

Na Tabela 1 é possível observar que em 2013 as mulheres ocupadas na atividade econômica tinham rendimento médio horário 17,4% menor do que o dos homens. Essa diferença aumenta quando é controlada a escolaridade dos ocupados, pois este é um dos principais fatores que influenciam a média de rendimentos. As proporções de mulheres ocupadas que têm escolaridade média (11 a 14 anos) e superior (15 e mais) são bem maiores que as dos homens, apesar disso, o rendimento médio horário feminino é de 30% a 33% menor do que o masculino, para o mesmo nível de escolaridade. Ou seja, controlada a escolaridade das pessoas, a diferença de rendimentos em favor dos homens é o dobro da verificada

para o total de pessoas ocupadas sem controlar a escolaridade.

O nível de escolaridade dos trabalhadores aumenta se consideramos apenas os empregados de estabelecimento com mais do que um mínimo de organização empresarial, o chamado emprego formal, identificado pela RAIS. Entre os trabalhadores formais, tem-se que é bem menor a proporção de empregados com menos de oito anos de escolaridade e bem maior as proporções com 11 a 14 anos de estudo e com 15 ou mais se compararmos ao total de ocupados estimado pela PNAD. A diferença de escolaridade entre o emprego formal e a população ocupada total resulta basicamente das exigências de escolaridade para o acesso ao emprego nos estabelecimentos com mais do que um mínimo de organização empresarial.

Tabela 1: Distribuição da população ocupada e do emprego formal, proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme anos de estudo. Brasil, 2013.

Anos de estudo	Homens		Mulheres		% Mulheres		RMM/RMH	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS
menos de 8 anos	36,8	17,2	25,9	8,3	34,6	26,6	0,696	0,718
8 a 10 anos	19,0	22,2	16,1	14,9	39,0	33,4	0,706	0,738
11 a 14 anos	34,8	47,4	41,5	51,3	47,4	44,8	0,685	0,736
15 e + anos	10,4	13,3	17,5	25,5	55,8	58,9	0,666	0,643
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	43,0	42,8	0,826	0,871

Fonte: PNAD e RAIS, 2013.

O intenso aumento do emprego formal verificado durante o crescimento com inclusão social que aconteceu no Brasil entre 2004 e 2013 foi, de fato, acompanhado de crescentes exigências de escolaridade para o acesso ao emprego formal, em um período em que também aumentou significativamente a escolaridade da população brasileira. Dependendo do tipo de ocupação, os estabelecimentos com mais do que um mínimo

de organização empresarial passaram a exigir com maior frequência, na contratação de novos empregados, o ensino fundamental completo, ou mesmo o ensino médio completo, como pré-requisito para o ingresso no emprego formal.

As mulheres com nível socioeconômico inferior possuem menor escolaridade e, com isso, enfrentam maiores dificuldades para participar da atividade econômica, razão pela qual a proporção de mulheres entre as pessoas ocupadas com menos de 8 anos de estudo é relativamente pequena. Segundo os dados da PNAD, a proporção de mulheres é 43%, em relação ao total da população ocupada, no entanto, entre as pessoas ocupadas com menos de 8 anos de estudo, a proporção não passa de 34,6%. Essa proporção aumenta quanto maior o grau de escolaridade, atingindo 55,8% no estrato das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo.

A relação direta entre proporção de mulheres ocupadas e grau de escolaridade verifica-se também quando considerado somente o emprego formal. No entanto, as proporções de mulheres no mercado de trabalho são bem menores no emprego formal do que em relação à população ocupada, nas três faixas de escolaridade inferiores a 15 anos de estudo. Já na faixa de 15 ou mais anos de estudo, a proporção de mulheres no emprego formal é maior do que na população ocupada total.

Assim, as mulheres de menor condição socioeconômica quando conseguem participar da atividade econômica têm posição na ocupação diferente do emprego formal, destacando-se o trabalho doméstico remunerado. Consequentemente, esse tipo trabalho acaba contribuindo para viabilizar a participação na atividade econômica de mulheres de melhor situação socioeconômica que têm mais possibilidades de acesso ao emprego formal. Apesar de estas mulheres terem acesso ao emprego formal, as oportunidades para abrir um negócio próprio são bem menores do que as dos homens.

Este quadro ainda está presente, mas começou a se modificar ao partir do crescimento econômico com inclusão social que elevou o nível socioeconômico da população e gerou amplas oportunidades de emprego formal, ajudando a conter a expansão do trabalho no serviço doméstico

remunerado, ao proporcionar alternativa de emprego em estabelecimentos com mais do que um mínimo de organização formal. Além disso, também vem se ampliando a presença de mulheres com nível educacional relativamente alto que possuem negócios próprios.

A relação entre o tipo de trabalho da mulher e seu nível socioeconômico, entretanto, continua contribuindo para marcar o perfil das diferenças de rendimento entre homens e mulheres. Assim, considerando todas as posições na ocupação, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres variam pouco segundo o grau de escolaridade, sendo só ligeiramente maior na faixa de 15 ou mais anos de estudo. Já no emprego formal, as diferenças de rendimento entre mulheres e homens são menores do que as verificadas para o total da população ocupada, nas três faixas de escolaridade inferiores a 15 anos ou mais de estudo. Já na faixa de 15 ou mais anos de estudo, a diferença se acentua consideravelmente. Neste grau superior de escolaridade, a diferença de salários do emprego formal em favor dos homens não somente tem uma magnitude absoluta muito grande, mas proporcionalmente é maior do que nos outros graus de escolaridade.

A desvantagem das outras posições na ocupação em relação ao emprego formal, em termos de rendimento, é maior no caso das mulheres do que no dos homens. Isto somente não ocorre no grau de escolaridade de 15 anos ou mais de estudo onde, como mencionado, a diferença de rendimento entre mulheres e homens é maior no emprego formal do que no total das outras posições na ocupação.

As mulheres ocupadas que têm menos de 8 anos de estudo têm remuneração média horária equivalente ao valor do salário mínimo por hora, enquanto no caso dos homens com essa mesma escolaridade o rendimento médio equivale a 1,4 salários mínimos. A partir deste patamar, o rendimento médio de homens e de mulheres aumenta 25% entre os que têm fundamental completo e os que não conseguiram completar esse grau de escolaridade. Já entre os com ensino de nível médio completo e os que não conseguiram essa titulação, a remuneração aumenta de 42% a 46%.

A grande diferença é, entretanto, o título universitário, pois o rendimento médio dos com escolaridade de 15 anos ou mais é mais do

que 2,5 vezes o rendimento médio dos quem têm somente o ensino médio e isto se verifica tanto para homens como para mulheres. O rendimento médio das mulheres com escolaridade de 15 ou mais anos equivale a 4,8 salários mínimos, já o dos homens com essa escolaridade alcança 7,3 salários mínimos, uma diferença quase tão grande (2,5 salários mínimos) como a existente entre os rendimentos médios do total de mulheres que têm diploma universitário em relação à das que têm apenas diploma de ensino médio (3 salários mínimos).

As mulheres são maioria entre os empregados formais com diploma universitário, mas não no conjunto das outras posições na ocupação, que são notadamente trabalhadores por conta própria e empregadores com diploma universitário. As diferenças de rendimento a favor dos homens, considerando apenas pessoas com título universitário, são maiores exatamente no emprego formal, comparativamente ao que ocorre no conjunto das demais posições na ocupação.

Em suma, o aumento da proporção de mulheres na força de trabalho vem diminuindo lentamente as diferenças de rendimento a favor dos homens que ainda permanecem significativas, principalmente nas ocupações que exigem nível superior de educação e especialmente no emprego formal. Cabe, então, examinar as diferenças de rendimento entre homens e mulheres nos diversos tipos de ocupação que exigem escolaridade de nível superior (Ver, também, Portilho 2017), procurando verificar em que medida essas diferenças de rendimento refletem a segregação das mulheres em tipos de ocupação pior remuneradas ou as dificuldades encontradas pelas mulheres para ascender nas hierarquias dentro das ocupações.

DIFERENÇAS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS NAS PROFISSÕES DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

São significativamente diferentes as distribuições das mulheres e dos homens ocupados segundo os grandes grupos de ocupação da CBO (Tabela 2). As mulheres são clara maioria (quase 2/3) das pessoas ocupadas

em Profissões das Ciências e das Artes, nas Ocupações de Serviços de Apoio Administrativo e nas Ocupações de Prestação de Serviços, sendo em proporção muito próxima a dos homens nas Ocupações de Vendas. Nos demais grandes grupos de ocupação da CBO há uma predominância de homens, especialmente nas ocupações das Forças Armadas e de Segurança Pública e na elaboração de bens, tanto nas Ocupações Agrícolas como nos Trabalhos na Produção de Bens e Serviços de Manutenção e Reparação.

Tabela 2: Distribuição da população ocupada, proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme grandes grupos de ocupação. Brasil, 2013.

Grupos de Ocupação	Homem	Mulher	% Mulher	RMM/ RMH
Dirigentes	5,6	4,6	38,0	74,1
Profissionais Ciências e Artes	6,0	13,6	63,0	64,3
Técnicos de nível médio	6,7	7,3	44,8	71,3
Serviços administrativos	6,7	15,4	63,4	79,9
Trabalho na produção	38,0	7,6	13,2	70,1
Serviços	11,7	30,7	66,5	79,2
Vendas	8,0	11,6	52,3	72,8
Agrícola	15,7	9,0	30,1	39,1
Forças Armada	1,5	0,2	7,5	108,0
Outros	0,0	0,0	42,0	51,9
Total	100,0	100,0	43,0	82,6

Fonte: PNAD 2013

São grandes as diferenças de rendimento médio por hora de trabalho em favor dos homens em todos os grandes grupos da CBO, salvo nas Ocupações das Forças Armadas e de Segurança Pública, onde a presença feminina é extremamente baixa e ocupam postos relativamente bem remunerados. A diferença de rendimento diminui nas Ocupações de Serviços de Apoio Administrativo e nas de Prestação de Serviços. Nessas ocupações, o rendimento médio feminino é cerca de 20% a menos do que

o dos homens, mesmo com a participação feminina sendo predominante nesses grandes grupos da CBO. As maiores diferenças, no entanto, são encontradas nas Ocupações de Vendas (27%) e, principalmente, nas Profissões das Ciências e das Artes (35%) onde a predominância feminina também é marcante.

Esses dados confirmam o significativo hiato de rendimento entre homens e mulheres, com destaque para as ocupações que exigem nível superior, como é o caso das Profissões das Ciências e das Artes. Nesse grupo, são encontradas grandes diferenças de rendimento entre diferentes ocupações que compõem o Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes (Tabela 3). Como exemplo temos que o rendimento dos Médicos é sete vezes maior que o de trabalhadores em Espetáculos e Artes. O desvio padrão dos rendimentos das ocupações deste Grande Grupo equivale a 54% do rendimento médio. No caso dos homens, o desvio padrão dos rendimentos médios das ocupações do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes corresponde a 47% do rendimento médio do conjunto do Grande Grupo, enquanto no caso das mulheres equivale a 51%. Já a média dos desvios padrões dos rendimentos de homens e mulheres em cada ocupação desse Grande Grupo equivale a 22% do rendimento médio. Assim, as diferenças de rendimento entre as ocupações do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes são mais pronunciadas do que as diferenças de rendimento entre homens e mulheres dentro de cada ocupação.

Há, entretanto, grandes diferenças de rendimento entre homens e mulheres em ocupações específicas como Biólogos, Administração de Empresas, Espetáculos e Artes. No entanto, as maiores diferenças de rendimentos entre homens e mulheres nas Profissões de Ciências e Artes se devem, principalmente, às elevadas participações de mulheres em determinadas ocupações que possuem os menores rendimentos médios, como Ensino Infantil e Fundamental, Ensino não Classificado e Espetáculos e Artes. Outro ponto observado é que, em certas ocupações, grande é elevada a participação de mulheres em ocupações cujo rendimento médio não é tão baixo, mas as diferenças de rendimento entre homens e mulheres dentro dessas ocupações são grandes, como em

trabalhos nas Áreas de Saúde (inclusive Médicos), Ciências Humanas e Biologia.

Nesses casos é possível que as diferenças de rendimento entre homens e mulheres traduzam diferenças de tipo de ocupação não explicitada no grau de desagregação adotado, refletindo, portanto, uma segregação das mulheres sobre representadas em tipos de ocupações pior remuneradas, embora não sejam desprezíveis as diferenças de rendimento entre homens e mulheres em diversos tipos de ocupações. Deste modo, enfatizamos que a grande diferença de rendimento médio entre homens e mulheres nas Profissões das Ciências e Artes que reflete a grande diferença de rendimento médio entre homens e mulheres com educação de nível superior expressa basicamente a segregação das mulheres em ocupações de baixo rendimento ou em que o rendimento não é tão baixo, mas é grande a diferença de rendimento a favor dos homens.

De fato, das 22 ocupações que compõem as Profissões das Ciências e das Artes 12 têm rendimento médio superior a 6 salários mínimos por hora⁵. Analisando a distribuição dos ocupados, tem-se que 55% dos homens e 23% das mulheres estão presente nessas 12 ocupações. São nelas, também, que se encontram 34% das pessoas ocupadas no Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes. De todas as pessoas ocupadas nessas 12 ocupações, 41% são mulheres e essa proporção supera 50% somente nas ocupações Médicos, Matemáticos e Estatísticos, Ensino Superior e Administração de Empresas. Nas outras 10 ocupações desse Grande Grupo, cujo rendimento médio é inferior a 6 salários mínimos por hora, 75% são mulheres. Além disso, apenas nas ocupações Publicidade, Comunicação e Informação e Culto Religioso é que se verifica uma participação feminina inferior a 2/3 dos ocupados. São essas 10 ocupações que respondem por 77% da absorção das mulheres que fazem parte das Profissões das Ciências e das Artes e por 45% da absorção dos homens.

⁵ Na verdade, eram 75 ocupações que compunham esse grupo, em 2013. Agruparam-se algumas ocupações que tivessem semelhança em sua composição e pertencessem a mesma área de conhecimento, totalizando assim 22 ocupações cujos títulos foram retirados da CBO2002. Essa classificação foi elaborada pela doutoranda na pesquisa para sua tese de doutorado em elaboração.

Tabela 3: Renda média em salários mínimos, distribuição da população ocupada (homens e mulheres), proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme ocupações. Brasil, 2013					
Ocupações	Renda Média (Sal. Mín.)	Homem	Mulher	% Mulher	RMM/RMH
Promotor, delegado, juiz	23,4	0,9	0,3	36,5	94,6
Médico	13,6	5,0	3,1	51,3	83,1
Matemático, estatístico	12,9	0,0	0,0	54,0	104,0
Navegação aérea e naval	11,8	0,3	0,0	1,9	55,3
Policientífico	10,8	0,1	0,1	46,6	170,0
Engenharia, Arquitetura	9,8	13,9	2,6	24,3	82,0
Ensino superior	9,6	4,0	2,6	52,2	87,4
Advogado	8,2	10,4	5,4	47,1	75,9
Agrônomo	6,8	1,3	0,2	19,8	85,9
Informática	6,3	8,3	1,4	21,7	86,3
Administração de Empresas	6,3	9,9	6,7	53,7	70,6
Físico, Químico, Geólogo	6,2	0,7	0,2	32,4	92,7
Saúde exceto médico	5,1	6,2	11,9	76,6	77,1
Publicidade	5,1	4,1	2,5	51,4	85,3
Ciências Humanas	5,0	3,5	6,1	75,0	82,6
Biólogo	5,0	0,4	0,4	61,8	65,5
Comunicação, informação	4,7	2,7	1,5	47,9	116,7
Ensino Médio e profissional	4,3	7,2	8,7	67,6	91,2
Ensino não classificado	3,4	5,5	7,8	70,7	94,1
Ensino fundamental e infantil	3,4	6,3	30,5	89,3	91,3
Culto religioso	2,5	3,1	0,6	25,2	57,3
Espectáculos e artes	1,9	6,2	7,4	67,2	49,2
Total	5,6	100,0	100,0	63,1	64,3
Fonte: PNAD 2013					

Não obstante, são expressivas as diferenças de rendimento entre homens e mulheres em algumas ocupações do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes em que a proporção de mulheres não é tão elevada, com Médicos, Engenheiros e Arquitetos, Ensino Superior, Advogado, Administração de Empresas e Publicidade em que o rendimento médio das mulheres é de 13% a 29% menor do que o dos homens. No total dos ocupados em Profissões das Ciências e das Artes a diferença aumenta para um rendimento médio 35% menor do que o dos homens.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou caracterizar a inserção de homens e mulheres com nível superior de escolaridade na atividade econômica, em 2013. Verificou-se que o rendimento do trabalho é dos mais elevados nas ocupações em que o acesso exige educação de nível superior. E, justamente nessas ocupações, que representam uma parcela relativamente pequena do total de pessoas ocupadas, é que se encontra uma das maiores diferenças de rendimento entre homens e mulheres, apesar das mulheres serem a maioria nessas ocupações. Deste modo, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres com nível superior de escolaridade constituem uma parte importante da enorme desigualdade de rendimentos que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro. Além disso, das diferenças de rendimento entre homens e mulheres nessas ocupações serem altas decorre, principalmente, do fato de que a maioria das mulheres desse Grande Grupo estarem presentes nas ocupações de rendimento inferior e menos valorizadas, embora não seja desprezível a absorção de mulheres em ocupações melhor remuneradas e de maior prestígio e seja significativa a diferença de rendimentos em favor dos homens nessas mesmas ocupações.

Essa realidade do mercado de trabalho brasileiro, onde ocupações cujo acesso exige escolaridade de nível superior e que constitui aspecto importante da enorme desigualdade de renda do trabalho vigente no país, tem forte relação com a desigualdade de gênero que ocorre no sistema educacional brasileiro. As mulheres são a maioria dos estudantes

universitários, porém ainda estão muito concentradas nas carreiras acadêmicas que dão acesso às ocupações pior remuneradas e de menor prestígio social, dentre aquelas que exigem nível superior de escolaridade. Em geral, essas ocupações com menores rendimentos e baixo prestígio social são as relacionadas a tarefas tidas como “femininas” como educação e cuidados da saúde. Esta realidade vem sendo alterada lentamente, no entanto, é uma herança da própria história da formação do sistema educacional do país que segregou as mulheres em carreiras acadêmicas as quais são vistas como de menor prestígio social e, conseqüentemente, ocupações de rendimento relativamente mais baixo dentro do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, C. L. de M. e MELLO, G. N. de. “O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro”. In *Cadernos de Pesquisa*, nº 15, dez 1975.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J.E.D. “A Reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, jan./abr., 2009.
- BELTRÃO, K.; TEIXEIRA, M. “Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias.” In: SOARES, S. et al. (eds.) *Os Mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea; Fundação Ford, 2005.
- GUEDES, M. de C. e ALVES, J. E. D. 2004. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos de População*, ABEP, Caxambu – MG, setembro.
- GUEDES, M. de C. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trab. educ. saúde*, vol.8 n.1 Rio de Janeiro, 2010.

- LAVINAS, L.; LEÓN, F. 2002. Emprego Feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. *Série Políticas Sociais 60*. CEPAL, Santiago de Chile, setembro de, 2002.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Disparidades nos rendimentos do trabalho de homens e mulheres nas metrópoles brasileiras. In: DIEESE; CESIT (Org.) *O Trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005^a.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Ocupação e Rendimento dos Trabalhadores nas Metrópoles do Brasil: uma análise de gênero em 1992 e 2002. In: *Anais do V Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos. America Latina y el rumbo del capitalismo*, Cidade do México, México, outubro, 2005b.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Mercado de Trabalho Metropolitano: Gênero e Diferenças de Rendimento, 1992-2002. In: *Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET*. Recife, 2005c.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.23 – n. 2 – jul./dez, 2006.
- LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORI, M (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População* 23 (2). São Paulo: Rebec, 2006.
- PORTILHO, L. Educação e trabalho feminino no estado de São Paulo (1940 – 1960). Dissertação de mestrado, Unicamp. Campinas, 2012.
- PORTILHO, L. Participação e rendimento feminino no grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes. In: *Anais do XV Encontro Nacional da ABET*. Rio de Janeiro de 06 a 09 de setembro, 2017.

ROSEMBERG, F. “Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo”. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, v.9, n.2, p.515-540, jul./dez. 2001.

THERBORN, G. *Sexo e poder*. São Paulo: Contexto, 2006.

Artigo recebido em 10/09/2018 e aprovado em 09/10/2018.